



Índice

- 01** Manifestantes impedem passagem de carros para canteiro de Belo Monte
- 02** Defesa Civil planeja prevenção de situação de risco no oeste do PA
- 03** Ser-Afim Espaço Natural recebe lançamento de livro "Una Isi Kayawa"
- 04** Xique-Xique:prefeito entrega barcos aos pescadores
- 05** Em posse, Juca Ferreira diz que vai pedir recurso do pré-sal para cultura
- 06** Unifesspa abre inscrição para Processo Seletivo Especial
- 07** Manilhas ocupam o vão do Viaduto do Capanema
- 08** Índios bloqueiam rodovia 'Transamazônica' e impedem entrada em Belo Monte (PA)
- 09** Comerciantes de Curitiba comemoram criação de Casa de Passagem para Indígenas
- 10** PGPM-Bio beneficia mais de 7 mil famílias extrativistas em 2014
- 11** Documentarista diz que índios guaranis criaram futebol
- 12** Materiais para recuperar iluminação pública são entregues em Calama
- 13** Governo anuncia calendário de viagens do barco da Seas
- 14** Quem são os Mundurucus?
- 15** Curso para professores indígenas tem aula inaugural
- 16** Seind leva plano de gestão para coibir exploração ilegal de terra indígena em Humaitá



-
- 17** Transamazonica -Indígenas fecham parcialmente Rodovia BR – 230 em protesto
 - 18** Estereótipos cansados de selvageria
 - 19** Lideranças do povo Paiter Suruí pedem extinção de projeto de carbono em RO
 - 20** Em solidariedade, índios ameaçam fechar a MS-156
 - 21** Projeto da Funai atende tribo Munduruku com atividades de aprendizagem
 - 22** Projetos irão incentivar o desenvolvimento sustentável no Xingu
 - 23** Kátia Abreu, a pelicão do Planalto
 - 24** Terra indígena é reconhecida, mas Funai emperra demarcação há 22 anos
 - 25** Justiça obriga União a comprar terras para famílias guarany-kaiwá em MS
 - 26** Rose Modesto reforça o compromisso de trabalhar de forma articulada
 - 27** Manifestantes bloqueiam novo trecho de acesso a Belo Monte, no Pará
 - 28** Codevasf repovoa Velho Chico com espécies nativas na Festa de Bom Jesus

Manifestantes impedem passagem de carros para canteiro de Belo Monte

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 12.01.2015

*Protesto pede cumprimento de compensações por construção de usina.
Norte Energia diz que atende ao Plano Básico Ambiental.*



Manifestantes impedem passagem de carros da Norte Energia e CCBM na Transamazônica (Foto: Mario de Paula / TV Liberal)

Cerca de 40 índios e ribeirinhos mantêm o bloqueio na rodovia Transamazônica há 27 km de Altamira, sudeste do Pará. O protesto começou no último sábado (10), e impede a entrada de veículos da Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação de Belo Monte, ao sítio de construção da usina, que está sendo realizada no município vizinho de Vitória do Xingu.

Carros particulares e veículos como ambulâncias têm passagem autorizada pelos manifestantes - apenas os carros de empresas envolvidas na construção da hidrelétrica não podem passar. A liberação da via está sendo negociada pela Casa de Governo de Altamira.

Os manifestantes pedem agilidade no cumprimento do Plano Básico Ambiental, que envolve

CONT.



um conjunto de condições que devem ser cumpridas pela Norte Energia, empresa responsável pelo empreendimento, como contrapartida para a comunidade.

O PBA é um dos requisitos legais para a concessão da licença de construção da usina. Entre as principais cláusulas do plano estão construção de casas para índios que moram na cidade, melhorias na infraestrutura das aldeias, construção de postos de saúde e pagamento de indenizações para pescadores que podem ter sua atividade prejudicada pela barragem. De acordo com a Norte Energia, a empresa cumpre o PBA e tem, inclusive, um comitê de acompanhamento do Plano composto por representantes dos índios.

Dois ônibus de empresas que prestam serviços para o Consórcio Construtor Belo Monte, responsável pelo trabalho de engenharia civil no canteiro, foram incendiados no domingo (11). Ninguém ficou ferido.

Segundo a Norte Energia, as obras de construção da usina não estão sendo afetadas pelo bloqueio da rodovia porque os operários que dormem nos alojamentos dos canteiros em Vitória do Xingu conseguem trabalhar de forma normal, independente da situação da Transamazônica.

Defesa Civil planeja prevenção de situação de risco no oeste do PA

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 12.01.2015

*Ação Municipal têm base em pontos críticos identificados em 2014.
Segundo Capitania Fluvial, nível do Rio Tapajós atingiu 3,90 metros.*

A Defesa Civil de Santarém, oeste do Pará, e a Defesa Civil do Estado já iniciaram o planejamento preventivo à situação de risco que pode vir a ser gerada por conta das cheias dos rios e chuvas na região.



De acordo com o chefe da Defesa Civil de Santarém, Darlison Maia, os trabalhos deste ano têm base em levantamentos de ponto críticos feitos no ano passado. "Fizemos o trabalho de visitas e atendimento que as pessoas nos solicitavam no período de chuva. Fizemos relatórios e encaminhamos para a Secretaria Municipal de Infraestrutura. Na área urbana, em alguns locais foi feito um serviço emergencial para evitar um dano maior nesse período de inverno e em alguns locais ainda estar por ser feito, onde também já comunicamos à Seminfra para que seja feito. Nesse caso da área urbana, o que nos causa mais problema, são as enxurradas, devido as chuvas muito fortes", disse.

Em relação a cheia dos rios, tanto o município quanto o Estado já adotaram medidas para evitar transtornos, já que no ano passado, a maioria dos municípios da região oeste decretaram situação de emergência. "Todos os anos temos esse fenômeno e dependendo do nível que o rio atinja traz transtornos para a população da área rural, especificamente na área ribeirinha, porque com a subida do nível do rio há uma série de problemas a nível ambiental e a questão de saúde pública. Então a Defesa Civil tem que desenvolver ações preventivas", destacou o comandante do Corpo de Bombeiros, tenente coronel Luiz Cláudio.

Apesar de o nível do rio não ter baixado como era esperado, a Defesa Civil do município acredita que a cheia deste ano não seja de grande proporção, mas ainda assim, a atenção se volta para as comunidades ribeirinhas. "Estamos verificando os locais onde entregamos as madeiras e que as pessoas levantaram suas casas para que possamos neste ano fazer um trabalho nas comunidades onde ainda não foi feito. Estamos dependendo da parceria do Ibama e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que já comunicamos desde o ano passado, que

CONT.



qualquer material de madeira apreendida seja colocada a disposição da Defesa Civil para que possamos fazer o atendimento às pessoas da área de várzea do nosso município”, informou.

Nível do rio

De acordo com a Capitania Fluvial de Santarém, o nível do Rio Tapajós atingiu 3,90 metros nesta segunda-feira (12), o que mostra que o nível do rio está baixo do mesmo período de 2014, quando foi registrado 4,58 metros.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2015

Brasília, 13 de janeiro de 2015.

Ser-Afim Espaço Natural recebe lançamento de livro "Una Isi Kayawa"

SÍTIO TRIBUNA HOJE, 12.01.2015

Trabalho pioneiro reúne profundo conhecimento das plantas e práticas medicinais do povo indígena "Huni Kuin"

Lançamento do Livro:

UNA ISI KAYAWA
Livro da Cura do povo Huni Kui do Rio Jordão

Apresentação da obra com um bate papo com os representantes da tribo Huni Kuin, Ayani e Isaka, filhos do Pajé Agostinho Manduca, idealizador do livro.

Trata-se de um livro pioneiro, que reúne o profundo conhecimento das plantas e as práticas medicinais do povo indígena Huni Kuin, maior população indígena que habita a região do Rio Jordão, no Acre. Até então acessível apenas pela tradição oral, este saber ancestral começa agora a se tornar disponível para toda a humanidade.

Realizado pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e Dantes Editora, "Una Isi Kayawa" é um testemunho vivo do conhecimento do povo do Rio Jordão.

13 de JAN | 19h30
Espaço Ser-Afim
Rua Paulina Maria Mendonça, 141 - Jatiúca

Realização: **sandáveis subversivos** + Infos: (82) 9444-6506 (82) 9341-1745

No dia 13 de Janeiro, às 19h30, no Ser-Afim Espaço Natural, acontece o Lançamento do livro *Una Isi Kayawa — Livro da cura Huni Kuin do Rio Jordão* em Maceió. Este é um trabalho pioneiro, que reúne o profundo conhecimento das plantas e as práticas medicinais deste povo indígena até então acessível apenas pela tradição oral, este saber ancestral começa agora a se tornar disponível para toda a humanidade.

Espalhado pelo estado do Acre, sul do Amazonas e Peru, o povo indígena Huni Kuin sempre encontrou a cura na natureza, graças à sua estreita ligação com a floresta e seu conhecimento milenar das plantas. Cultivadas em seus jardins medicinais, diferentes espécies tratam enfermidades físicas e espirituais. Soluções naturais que servem tanto para acabar com uma dor de dente quanto para ajudar a se concentrar na pesca e na caça, ou ainda dar um fim à má sorte de homens e cachorros.

CONT.



Mais de 100 espécies terapêuticas estão agora apresentadas em textos e imagens no recém-lançado "Una Isi Kayawa — Livro da cura Huni Kuî do Rio Jordão" (Editora Dantes, 260 páginas), organizado pelos pajé Agostinho Manduca Mateus Ika Muru e o etnobotânico Alexandre Quinet, pesquisador do Jardim Botânico do Rio. A publicação era um sonho antigo do pajé Manduca, falecido em 2011: perpetuar no registro impresso a cultura medicinal do seu povo, antes restrita à transmissão oral. Fruto de um longo processo, que incluiu cinco expedições ao Rio Jordão (Acre), entrevistas com pajés, coletas e catalogação de material botânico, além de residências de tradutores no Rio de Janeiro, o projeto é uma troca inédita de experiências entre o Centro Nacional de Conservação da Flora do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico e os Huni Kuin. Incorpora a aplicação da pesquisa técnico-científica do "homem branco" ao conhecimento das culturas tradicionais dos índios.

A edição do "Livro da cura", que conta ainda com fotografias de Gabriel Rosa e do artista plástico Ernesto Neto, entre outros, se guia esteticamente pelos cadernos e desenhos dos pajés. Experimenta uma diagramação de janelas e proporções livres e orgânicas, além de usar um papel feito de plástico reciclado, que o torna resistente às condições úmidas da floresta, onde deverá ser distribuído.

Representando a tribo, o lançamento conta com a presença dos filhos do Pajé Agostinho, Ayani e Isaka, falando sobre a construção e proposta da obra, além de trazer debates sobre a questão da medicina natural.

Outras atividades:

Aproveitando a presença dos representantes da tribo Huni Kuin em Maceió, teremos a oportunidade de realizar uma "Oficina de artesanato Huni Kuin com miçangas".

Os Huni Kuin possuem uma vasta cultura material que vai desde a tecelagem em algodão, com tingimento natural, cerâmica e miçangas onde são impressos os kenê (desenhos gráficos de seres da floresta), cujo significado está relacionado à coragem, força, poder, sabedoria e proteção. O artesanato se configura como uma das principais fontes de renda das famílias Huni Kuin, devido ao seu belo design tem uma grande aceitação no mercado regional, nacional e internacional.

A oficina acontece nos dias 14 e 15 de janeiro, e será ministrada por Ayani, também no Ser-Afim Espaço Natural, a partir das 15h, com o investimento de R\$ 80,00.

SERVIÇO:

O que: Lançamento do livro Una Isi Kayawa — Livro da cura do povo Huni Kuin do Rio Jordão

Quando: 13 de Janeiro, terça-feira, às 19h30.

Quanto: Gratuito

Onde: Ser-Afim Espaço Natural (Rua Paulina Maria Mendonça, 141 - Jatiúca)

O que: Oficina de artesanato Huni Kuin com miçangas

Quando: 14 e 15 de Janeiro.

Quanto: R\$ 80,00

Onde: Ser-Afim Espaço Natural (Rua Paulina Maria Mendonça, 141 - Jatiúca)

Inscrições: nome e telefone para moa.amanda@hotmail.com.

Xique-Xique:prefeito entrega barcos aos pescadores

SÍTIO CORREIO DO OESTE, 12.01.2015



O prefeito de Xique-Xique entregou aos pescadores artesanais quarenta e oito (48) novas embarcações motorizadas e equipadas de segurança e coletes salva vidas, visando proporcionar mais benefícios para a economia pesqueira do município. O objetivo é substituir as embarcações de madeira que são utilizadas atualmente por outras mais rápidas e seguras. A solenidade aconteceu na manhã deste sábado (10/01), no Porto da Ponta das Pedras, junto à Colônia dos Pescadores Z 37, secretários, vereadores e comunidade que compareceu em peso para prestigiar o evento. Os pescadores presentes externaram a grande satisfação em receber os barcos o que irá certamente transformar a dura realidade destes trabalhadores dando-lhes mais estrutura para a execução desse tradicional ofício realizado por centenas de famílias no município.

A iniciativa é parte do Projeto Renovar, programa estruturante vinculado a Secretaria de Agricultura da Bahia que tem a missão de oferecer sustentabilidade à cadeia de pesca, gerando renda e segurança aos pescadores.

O gestor destacou o apoio do governador do estado na conquista deste benefício para a economia pesqueira. "Estou empenhado na busca por melhorias das condições de trabalho dos pescadores e em tornar a pesca municipal mais competitiva no mercado", destacou o prefeito.

Ascom/PMXX.



Em posse, Juca Ferreira diz que vai pedir recurso do pré-sal para cultura

SÍTIO IG, 12.01.2015

Ferreira ainda ressaltou que a pasta em sua gestão fará um diálogo mais próximo de movimentos sociais

Com discurso contrário ao domínio da indústria cultural sobre as verbas públicas de financiamento, o petista Juca Ferreira assumiu o cargo de ministro da cultura nesta segunda-feira (12). Juca disse que o ministério vai propor a destinação de recursos do pré-sal para a área cultural e que retomará no congresso as discussões sobre direito autoral e a PEC da Cultura.

"A cultura brasileira não pode ficar dependente dos departamentos de marketing das grandes corporações", disse o ministro que defende uma reformulação no acesso aos recursos da Lei Rouanet, principal mecanismo de financiamento cultural na esfera federal.

"Retorno a esse local com grande alegria, o Minc volta ser o espaço de experimentação de novos rumos", disse o ministro que já comandou a pasta durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ferreira ainda ressaltou que a pasta em sua gestão fará um diálogo mais próximo de movimentos sociais, incluindo camponeses, estudantes, juventude e povos indígenas.

"É necessário garantir um lugar para as populações indígenas, seus costumes e modos de vida", afirmou o ministro que rejeitou a ideia de que financiamento para movimentos populares compete com a indústria de arte no País. "Nada mais equivocado que acreditar que a cultura popular reduz o lugar da arte", disse o ministro em seu discurso de posse.



Unifesspa abre inscrição para Processo Seletivo Especial

SÍTIO UNIFESSPA, 12.01.2015

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) abre hoje, dia 12 de janeiro de 2015, as inscrições para o Processo Seletivo Especial (PSE) 2015.1, destinado a seleção diferenciada de candidatos indígenas e quilombolas para a ocupação de vagas nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela instituição de ensino superior. As inscrições no PSE Unifesspa serão admitidas exclusivamente via internet, no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>, solicitadas a partir de 12 de janeiro de 2015, até 17 horas do dia 28 de janeiro de 2015.

O candidato é obrigado a gerar e imprimir o "boleto de pagamento" para comprovação da inscrição no PSE Unifesspa 2015-1, apesar de não haver cobrança de taxa de inscrição.

No total, a Unifesspa oferecerá 58 vagas para candidatos indígenas e 58 vagas para candidatos quilombolas. Serão duas vagas para indígenas e duas para quilombolas em cada um dos 29 cursos, ministrados em Marabá, Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara.

Os cursos de graduação oferecidos são em nível de bacharelado em Agronomia, Ciências Econômicas, Direito, Geografia, Sistemas de Informação, Geologia, Engenharia de Materiais, Engenharia de Minas e Meio Ambiente, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia da Computação, Engenharia Química, Ciências Biológicas, Saúde Coletiva, Administração e Ciências Contábeis; e de Licenciaturas em História, Ciências Sociais, Pedagogia, Física, Matemática, Química, Letras-Inglês, Letras-Português, Artes Visuais, História, Matemática e Letras-Língua Portuguesa.

Outras informações na sede da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), situada no Campus I, em Marabá, endereço Folha 31 - Quadra 07 - Lote Especial, Bairro: Nova Marabá, em Marabá ou pelo site www.ceps.ufpa.br, e-mail proeg@unifesspa.edu.br ou pelo telefone (94) 2101-7132.

Indígenas

O Processo Seletivo Especial Indígena da Unifesspa será realizado em duas etapas, ambas de caráter classificatório e eliminatório. A primeira etapa consiste de prova redação em língua portuguesa a ser realizada no dia 08 de fevereiro de 2015, no horário das 8h as 11h, no município de Marabá.

A segunda etapa consiste de entrevista individual do candidato não eliminado na primeira fase e a entrega dos documentos como a Declaração de Pertencimento - documento comprobatório que demonstra a vinculação social, cultural, política e/ou familiar do candidato com algum povo indígena, emitida e assinada por autoridade local (liderança tradicional e/ou política e/ou dirigente de associação, sindicato e/ou colônia, conforme previsto na Convenção nº 169 da OIT) -, ou órgão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Cópia do Histórico Escolar

CONT.



do Ensino Médio e se for o caso a Declaração de Autoreconhecimento de Pertencimento (a exigência deste documento é apenas para candidatos indígenas que moram nas cidades).

Ambas as provas valem 10 pontos. Os candidatos aprovados na primeira fase devem entregar os documentos e comparecer para a entrevista nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro de 2015, nos horários de 8 horas às 12 horas e de 14 horas às 18 horas, na sede da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), situada no Campus I, endereço Folha 31, Quadra 07, Lote Especial, Bairro: Nova Marabá, em Marabá.

Os candidatos aprovados e classificados deverão obter informações sobre a Habilitação ao Vínculo Institucional no endereço eletrônico do Centro de Registro e Controle Acadêmico (CRCA) da Unifesspa, <http://crca.unifesspa.edu.br>, momento em que apresentarão originais e cópias dos documentos: RG, CPF, título do eleitor, reservista, certificado de conclusão do ensino médio, histórico escolar do ensino médio, entre outros.

Quilombolas

O Processo Seletivo Quilombola será realizado também no município de Marabá no dia 08 de fevereiro de 2015, no horário das 8h às 11 horas. A primeira etapa da seleção de candidatos quilombolas será por meio de prova de redação em língua portuguesa.

A segunda etapa consiste de entrevista individual do candidato não eliminado na primeira fase e a entrega dos documentos como a Declaração de Pertencimento - documento comprobatório que demonstra a vinculação social, cultural, política e/ou familiar do candidato com alguma comunidade quilombola ou comunidade tradicional, emitida e assinada por autoridade local (liderança tradicional e/ou política e/ou dirigente de associação, sindicato e/ou colônia, conforme prevê a Convenção nº 169 da OIT) -, e cópia do Histórico Escolar do Ensino Médio. Ambas as provas valem 10 pontos. Os candidatos aprovados na primeira fase devem entregar os documentos e comparecer para a entrevista nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro de 2015 nos horários de 8 horas às 12 horas e de 14 horas às 18 horas.

Os candidatos aprovados e classificados deverão obter informações sobre a Habilitação ao Vínculo Institucional no endereço eletrônico do Centro de Registro e Controle Acadêmico (CRCA) da Unifesspa, <http://crca.unifesspa.edu.br>, momento em que apresentarão originais e cópias dos documentos: RG, CPF, título do eleitor, reservista, certificado de conclusão do ensino médio, histórico escolar do ensino médio, entre outros.



Manilhas ocupam o vão do Viaduto do Capanema

SÍTIO BEM PARANÁ, 12.01.2015

Até a semana passada o local era ocupado por famílias indígenas que estão em Curitiba para vender artesanato

Da Redação Bem Paraná

Funcionando desde a última quarta-feira, a Casa de Passagem do Indígena Artesão conseguiu retirar de situação de rua cerca de 30 famílias indígenas que ocupavam uma área debaixo do Viaduto do Capanema, no Cristo Rei. Agora as famílias estão alojadas em um espaço cedido pelo município na Praça Plínio Tourinho, onde recebem o apoio de técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de uma equipe multidisciplinar da Prefeitura de Curitiba.

Logo após a saída dos grupos indígenas, a Prefeitura começou a colocar no mesmo espaço manilhas e floreiras, que também foram preenchidas com terra. Um veículo da Guarda Municipal também ficou parte da noite do fim de semana debaixo do viaduto. A medida evita novas ocupações.

Mas, a Comissão de Representantes dos Proprietários do Edifício Real Plaza Flat Residence, prédio localizado em frente ao viaduto, quer outro tipo de medida. A ideia dos empresários e moradores da região é que as instalações embaixo do Viaduto sejam ocupados por algum equipamento público e social.

No início do mês passado, comerciantes, síndicos e moradores da região do viaduto realizaram uma reunião para discutir soluções e solicitar medidas urgentes ao poder público para resolver de vez os problemas que há anos afetam a comunidade local.

Há anos o Viaduto Capanema serve de abrigo para os sem-teto e usuários de drogas, gerando problemas de lixo, falta de higiene, violência e furtos — causados principalmente pelos usuários de entorpecentes. A situação vem desde a desativação do Restaurante Popular da Prefeitura de Curitiba, que funcionava na construção embaixo do viaduto. Atualmente, o local é usado como arquivo morto pelo Setran.

Na reunião de moradores e comerciantes foi aprovada a ideia de se criar uma parceria público-privada (PPP) entre a Associação de Moradores, que está sendo fundada, e a Prefeitura, para que juntos encontrarem uma solução definitiva, por exemplo, com a criação de um espaço de serviços à população, o que ajudaria a zelar pelo patrimônio público.

"Problemas nos entornos dos viadutos existem no mundo todo. Recentemente estive em Tóquio, uma cidade de muitos viadutos e vias elevadas. Na capital japonesa funcionam

CONT.



instalações de serviços à população nos entornos dos viadutos durante o dia, mas à noite as autoridades fecham os locais com gradil de ferro, evitando a ocupação de moradores de rua e a proliferação de desocupados, um verdadeiro embrião do comércio e uso de drogas", finaliza Luiz Gonzaga Bettega Sperandio, presidente da Comissão.

Casa de Passagem — De acordo com a presidente da Fundação de Ação Social (FAS), Marcia Oleskovicz Fruet, o novo espaço paa onde os índios foram relocados, mesmo que montado em caráter emergencial, traz mais dignidade à população indígena. "Ninguém merece estar nas ruas, principalmente tantas crianças e adolescentes, que são mais vulneráveis às violações de direitos. Temos um compromisso histórico com a população indígena e a Casa de Passagem promove uma recepção mais calorosa e humana", afirmou.

Segundo ela, os indígenas chegam a Curitiba com o intuito de comercializar os artesanatos produzidos em suas aldeias e ficam em média duas semanas na cidade. A ideia é que após os dois meses, uma casa permanente passe a funcionar em um móvel cedido pela União. "Um espaço mais estruturado vai garantir em primeiro lugar a segurança e uma menor exposição das crianças e adolescentes e depois uma possibilidade maior de que os moradores de Curitiba e seus visitantes possam conhecer, de fato, a cultura indígena", disse Marcia.

Índios bloqueiam rodovia 'Transamazônica' e impedem entrada em Belo Monte (PA)
SÍTIO A CRÍTICA, 12.01.2015

Os índios estão reivindicando por mais escolas, moradia e demarcação de terras. Em nota, a Norte Energia, responsável pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, condenou o fechamento da rodovia



Ônibus do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) foram incendiados e funcionários estão sendo impedidos de entrarem na obra. (Divulgação/Antônio Arruda)

Cerca de 50 índios 'não aldeados' estão bloqueando a BR 230 (Transamazônica), no quilômetro 27, desde o último sábado (10), para impedirem o acesso de ônibus e carros para a obra da hidrelétrica Belo Monte, em Altamira (PA). Dois ônibus do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) foram incendiados e funcionários estão sendo impedidos de entrarem na obra. As informações foram confirmadas pela assessoria de comunicação da construtora.

Os índios estão reivindicando por mais escolas, moradia e demarcação de terras. De acordo com o jornalista Felipe Adms, da Rede Record de Altamira, caciques indígenas negaram que o protesto seja das etnias do Xingu.

"Os índios da Associação Tyoporimo que não são aldeados e se intitulam índios ribeirinhos

CONT.



assumiram a autoria dos protestos, como pauta eles apresentam reclamações de que não estão sendo contemplados com os investimentos indígenas previstos no Projeto Básico Ambiental, componente indígena para a construção de Belo Monte”, informou.

A transamazônica continua bloqueada nesta segunda-feira (12). “As obras não foram paralisadas porque existem muitos funcionários alojados nos canteiros. Mas os trabalhadores que moram em Altamira, que são maioria, não podem passar”, contou o operador de veículos pesados, Antônio Arruda.

Os índios só estão permitindo que carros de passeios atravessem o bloqueio. “Os critérios são bem subjetivos. Eles olham para as pessoas que estão no veículo, e se acharem que elas não são trabalhadores da obra, deixam passar”, contou o assessor de comunicação da CCBM, Fernando Santana.

Em nota, a Norte Energia, responsável pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, condenou o fechamento da rodovia Transamazônica “por um pequeno grupo de indígenas citadinos com o uso de violência”.

A Empresa garantiu que vem cumprindo todo o Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI), tendo inclusive um comitê de acompanhamento integrado por todos os indígenas. “A Empresa não realizará negociação enquanto perdurar o clima de ameaça e o bloqueio da estrada”, dizia a nota.



Comerciantes de Curitiba comemoram criação de Casa de Passagem para Indígenas
SÍTIO CBN FOZ DO IGUAÇU, 12.01.2015

Por Prefeitura De Curitiba

Funcionando desde a última quarta-feira (07), a Casa de Passagem do Indígena Artesão conseguiu retirar de situação de rua cerca de 30 famílias indígenas que ocupavam uma área debaixo do Viaduto do Capanema, no Jardim Botânico. Agora as famílias estão alojadas em um espaço cedido pelo município na Praça Plínio Tourinho, onde recebem o apoio de técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de uma equipe multidisciplinar da Prefeitura de Curitiba.

A ação foi bem recebida por moradores e comerciantes da região, que estavam preocupados, especialmente com a segurança das crianças e adolescentes indígenas. "Dava muita dó, principalmente de madrugada quando estávamos chegando e os víamos deitados no chão, muitas crianças pequenas", contou o feirante do Mercado Municipal Daniel Santos.

O taxista Jeferson Andrade, que há 23 anos atua próximo à Rodoferroviária, contou que muitos passageiros conversavam com ele sobre a situação. "Muitos turistas tinham até medo, por não entender o que estava acontecendo, muita bagunça, muita gente embaixo da ponte. Agora com um lugar com mais estrutura e segurança com certeza muita coisa vai melhorar", acredita.

De acordo com a presidente da Fundação de Ação Social (FAS), Marcia Oleskovicz Fruet, o novo espaço, mesmo que montado em caráter emergencial traz mais dignidade à população indígena. "Ninguém merece estar nas ruas, principalmente tantas crianças e adolescentes, que são mais vulneráveis às violações de direitos. Temos um compromisso histórico com a população indígena e a Casa de Passagem promove uma recepção mais calorosa e humana", afirmou. Segundo ela, os indígenas chegam a Curitiba com o intuito de comercializar os artesanatos produzidos em suas aldeias e ficam em média duas semanas na cidade.

A ideia é que após os dois meses, uma casa permanente passe a funcionar em um móvel cedido pela União. "Um espaço mais estruturado vai garantir em primeiro lugar a segurança e uma menor exposição das crianças e adolescentes e depois uma possibilidade maior de que os moradores de Curitiba e seus visitantes possam conhecer, de fato, a cultura indígena", disse Marcia Fruet.

Segundo Daniela Thiesen, comerciante local, a situação era complexa, pois as famílias estavam sem acesso a serviços básicos, como banheiros. "A partir do momento que Curitiba tem um espaço especial para receber esses povos, será possível que eles também se desenvolvam e os moradores e turistas aqui da cidade vão conhecer mais a cultura indígena e as crianças e adolescentes estarão longe de perigos", opinou.

CONT.



“Havia uma preocupação muito grande de nossa parte com as crianças pequenas que atravessavam as ruas e as adolescentes que ficavam muito expostas. Estamos aliviados que foi encontrada uma solução e esperamos que agora, com espaço para brincar e se divertir, apenas os adultos indígenas comercializem os artesanatos”, disse Eduardo Lelis, proprietário de uma loja instalada ao lado do viaduto.

Doações

A população que quiser ajudar os indígenas pode fazer doações por meio do Disque Solidariedade, ligando para a Central 156; diretamente na Coordenadoria Regional da Funai em Curitiba (Rua Desembargador Clotário Portugal, 222, São Francisco) ou adquirindo peças de artesanato, desde que das mãos de adultos.



PGPM-Bio beneficia mais de 7 mil famílias extrativistas em 2014

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 12.01.2015

As oficinas foram realizadas no Pará, Amazonas, Santa Catarina, Paraíba, Maranhão, Bahia e Ceará

Autor: Assessoria

Mais de 7 mil famílias extrativistas foram beneficiadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) em 2014. É o que revela balanço da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Até dezembro, foram aplicados R\$ 2,9 milhões, totalizando 1,6 mil toneladas de produtos extrativos subvencionados.

A intervenção da Conab também auxilia na preservação do meio ambiente, uma vez que oferece garantia de renda à coleta e comercialização de produtos florestais não madeireiros (extrativistas). Em 2014, a maior parte dos recursos destinados à PGPM-Bio, cerca de 99%, foram aplicados em atividades extrativistas situadas no bioma Amazônico e no Maranhão.

No sentido de ampliar cada vez mais o acesso dos produtores extrativistas à Política, expandindo a operação para outros biomas, a Conab realizou uma série de ações ao longo do ano passado. Entre elas está o desenvolvimento de um novo sistema operacional. A partir do SISBIO, todos os procedimentos internos da PGPM-Bio estão sendo informatizados, gerando maior agilidade e segurança a todo o processo.

Outra iniciativa foi a realização de sete painéis de divulgação e capacitação da PGPM-Bio, com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As oficinas foram realizadas no Pará, Amazonas, Santa Catarina, Paraíba, Maranhão, Bahia e Ceará.

Novos Produtos - Dois novos produtos foram incluídos na PGPM-Bio em 2014. Agora, os extrativistas de macaúba e pinhão também podem se beneficiar com a subvenção. Além destes produtos, fazem parte da Política andiroba, babaçu, carnaúba (cera e pó), pequi, baru, açaí, juçara, castanha do Brasil, borracha, cacau, mangaba, umbu e piaçava. Dentre eles, a borracha apresenta o melhor desempenho desse subsídio, com apoio financeiro a 6,5% da produção extrativista localizada na região amazônica.

Executada desde 2009, a PGPM-Bio possibilita ao extrativista receber um bônus na venda do produto coletado nas florestas, desde que o negócio tenha sido realizado por um preço inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal. Atualmente, 98 municípios em 11 estados operam a Política.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2015

Brasília, 13 de janeiro de 2015.

Documentarista diz que índios guaranis criaram futebol

SÍTIO BEM PARANÁ, 13.01.2015

Folhapress

SÃO PAULO, SP - O paraguaio Marcos Ybáñez está terminando a filmagem de um documentário que defende que os índios guaranis inventaram o futebol nas missões jesuítas, uma teoria que ele quer que seja considerada pela Fifa, disse o diretor de cinema em entrevista nesta terça-feira (13). "Seria uma revisão da história do futebol, de forma que o Mundial da Rússia poderia levar isso em conta. Cada vez mais essa teoria ganha terreno e também fica claro o quanto a América contribuiu para o futebol", declarou Ybáñez. Na primeira parte do documentário, intitulado "Os Guaranis Inventaram o Futebol" (2014) Ybáñez entrevistou pesquisadores jesuítas que defendem que os rudimentos do futebol nasceram na cidade paraguaia de San Ignacio Guasú. Com 405 anos de história, a cidade é a mais antiga das 30 missões guaranis fundadas pelos jesuítas em Paraguai, Argentina e Brasil. Agora, na segunda parte, Ybáñez filmou em San Ignacio Guasú uma partida de futebol dos habitantes locais jogada da maneira que faziam seus antepassados guaranis. A segunda parte terá o nome "San Ignacio Guasú: a Cidade do Futebol", e será lançada ainda em 2015.



Materiais para recuperar iluminação pública são entregues em Calama

SÍTIO RONDONIA DIRETA, 13.01.2015

A Prefeitura de Porto Velho trabalha para concluir o serviço de iluminação pública nos quatro distritos da região ribeirinha, às margens dos Rios Madeira e Machado, duramente afetados pela última grande enchente.

A Prefeitura de Porto Velho trabalha para concluir o serviço de iluminação pública nos quatro distritos da região ribeirinha, às margens dos Rios Madeira e Machado, duramente afetados pela última grande enchente. Nesse último final de semana o diretor do Departamento de Assuntos do Interior (DAI), Francisco Alves de Araújo (Tyer), esteve em Calama, a 180 km da Capital, na fronteira com o Amazonas, fazendo entrega de materiais a serem utilizados.

Ele disse que o distrito conta com 240 lâmpadas no sistema de iluminação pública da localidade, sendo que desse total, 160 estão apagados. "Estamos entregando materiais suficientes para recuperar de imediato, 100 pontos nos locais mais críticos, mas até o final de janeiro queremos deixar todos os bairros 100% iluminados", afirmou o diretor do DAI.

Segundo Araújo, todo material foi repassado pela Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano (Emdur), que é responsável pela iluminação pública em todo Município. No caso de Calama, a recuperação dos pontos apagados será feita em parceria com o administrador de São Carlos, Edinardo de Souza Medeiros, que é eletricista e se colocou a disposição.

O diretor do DAI afirma, ainda, que São Carlos já está 100% iluminado. Nazaré e Demarcação, este último no Rio Machado, faltou poucos pontos de iluminação para que o serviço seja concluído. A demanda maior é em Calama, mas já estamos resolvendo, conforme determinação do prefeito Mauro Nazif e as solicitações dos moradores", comentou.

Outras ações

Acompanhado do chefe da Divisão de Transportes do gabinete do prefeito, Everton Deglei, Francisco Araújo (Tyer) aproveitou a viagem para inspecionar os serviços de limpeza e verificar outras demandas nos distritos de São Carlos e Nazaré. Tais demandas serão encaminhadas aos órgãos municipais competentes para que tomem as providências necessárias, uma vez que o DAI trabalha em parceria com os demais setores da atual gestão.

Everton Deglei disse que embora a limpeza nos distritos seja de competência da Semusb, que disponibilizou uma equipe de garis para cada localidade, é necessário o acompanhamento dos trabalhos pelo fato de o combustível disponibilizado fazer parte da cota destinada ao gabinete do prefeito, e que está sob sua responsabilidade. "Além do acompanhamento por parte da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2015

Brasília, 13 de janeiro de 2015.

Semusb também é necessário que façamos o nosso, pois desta forma estamos zelando pela devida aplicação dos recursos públicos”, comentou.

Deglei faz questão de enaltecer a garra e força de vontade dos ribeirinhos, que não se deixaram se abater pelas perdas causadas pela grande enchente e estão reconstruindo suas vidas. “A prefeitura está fazendo sua parte e os moradores fazendo a deles”, observou.

Governo anuncia calendário de viagens do barco da Seas

SÍTIO RONDONIA AO VIVO, 13.01.2015

Nesta segunda-feira, 12, o barco da Assistência Social do Governo do Estado saiu do Porto do Cai N'Água, realizando a primeira viagem do ano, rumo ao Rio Machado, no baixo Madeira.

O secretário de Assistência Social, Márcio Felix, que acompanhou a saída, explicou que os barcos do governo do Estado são os únicos transportes fluviais gratuitos que atendem a população de baixa renda dos distritos de Porto Velho e toda a região do Vale do Guaporé.

"Além de transportar os ribeirinhos que precisam de atendimento médico ou resolver qualquer outra situação na capital, o barco transporta ainda a produção destes ribeirinhos, contribuindo com o escoamento dos produtos da agricultura familiar", frisou Márcio.



Para Auxiliadora dos Santos, moradora do distrito de Tira Fogo, a gratuidade do barco é o que facilita para que todos os meses ela possa vir acompanhar a filha e a neta que fazem tratamento médico em Porto Velho. " Se fôssemos pagar as passagens iríamos gastar mais de R\$ 200, só de transporte. Com o barco gratuito do Governo fazemos uma boa economia, que já ajuda na compra dos remédios", ressaltou, Auxiliadora.

CONT.



O barco de Porto Velho realiza todos os meses duas viagens, uma para atender as comunidades do Rio Preto e outra para atender as comunidades do Rio Machado. Segue abaixo o calendário de viagens para o primeiro semestre deste ano.

Calendário de viagens do Barco Deus é Amor – Rios Madeira, Preto e Machado

LOCALIDADE	MÊS	DATA
RIO PRETO	JANEIRO	12.01.2015
RIO MACHADO	JANEIRO	26.01.2015
RIO PRETO	FEVEREIRO	09.02.2015
RIO MACHADO	FEVEREIRO	23.02.2015
RIO PRETO	MARÇO	09.03.2015
RIO MACHADO	MARÇO	23.03.2015
RIO PRETO	ABRIL	06.04.2015
RIO MACHADO	ABRIL	20.04.2015
RIO PRETO	MAIO	11.05.2015
RIO MACHADO	MAIO	25.05.2015
RIO PRETO	JUNHO	08.06.2015
RIO MACHADO	JUNHO	22.06.2015

FONTE: DECOM



Quem são os Mundurukus?

SÍTIO OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 13.01.2015

Por Cristiano de Sales em 13/01/2015 na edição 833

Essa pergunta poderia muito bem ser feita a responsáveis pelo governo desenvolvimentista do nosso país e à imprensa que “nos” serve. Os Mundurukus são mais de 12 mil e vivem à beira do rio Tapajós na Amazônia, a oeste do Pará. Há 13 anos lutam pela demarcação de suas terras e isso está cada vez mais longe de acontecer, pois é interesse do governo federal que a área que esse povo indígena habita seja inundada para dar origem à usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. Por essa razão, os Mundurukus iniciaram uma autodemarcação e o clima na região, claro, tende a não ficar ameno.

A história desse povo, que necessita da chamada terra-preta da Amazônia para plantar e dar continuidade à sua cultura, trajetória e espécie, é bem maior do que essa ridícula introdução esboça. E hoje, graças à internet, ela começa a ser narrada e publicizada por documentaristas, sociólogos, etnólogos, ambientalistas, professores, ativistas e, sempre o mais importante, pelos próprios Mundurukus.

Minha ignorância sobre esse povo que está correndo grave risco de desaparecer em meio ao progresso e à ordem do nosso país deve se estender a grande parte da população que, direta ou indiretamente, descende dos povos nativos. A falta de informação e dados sobre esse povo que deve ser preservado, respeitado – e não reinventado como índios civilizados (um desfavor absurdo que temos feito há décadas no Brasil ao afirmarmos no auge de nossa ignorância que eles não são mais índios e que precisam do nosso desenvolvimento) – se deve, em grande medida, a um interesse compartilhado pelo governo e pelas empresas de comunicação em silenciar mais esse episódio que depõe contra nossa história.

Enquanto jornalistas, leitores, usuários de redes sociais e debatedores pelo Brasil inteiro ficam acusando a que interesses a mídia atende com mais frequência, se os dos liberais ou se os dos estadistas, começo a desconfiar que os esquizofrênicos somos todos nós. Não conseguimos enxergar que imprensa “oficial”, mídia, grandes empresas e agências de comunicação são, antes de qualquer coisa, sistema. Assim sendo, elas não tendem a destoar das histórias oficiais, aquelas que omitem, reprimem, apagam a narrativa de povos como os Mundurukus.

O compromisso com as gerações futuras

A imprensa não tem necessariamente um partido, como gritam a plenos pulmões aqueles que, defensores de um em particular, acreditam que o seu nunca foi favorecido. A imprensa, e podemos incluir também o mercado editorial, escreve a história do presente, arbitrando e

CONT.



definindo seus protagonistas. E nesse jogo, o casamento entre imprensa e governo, independente de siglas, é bem mais harmonioso do que pensamos.

A comunicação em rede e por redes causa certo ânimo na medida em que possibilita a inserção de protagonistas nessa tal história do presente que não dependam (por enquanto?) do aval da imprensa ou dos governos para aparecerem. E, enquanto isso funciona sem regras governamentais e econômicas, temos que aproveitar para fazer aparecer as histórias omitidas e com isso complexificar (e não confundir) na cabeça do leitor, do usuário de redes sociais, do amigo, do desconhecido etc., a noção do que seja o balizamento de uma história.

Uma vez compreendido que a história é uma narrativa, uma escolha, um estabelecimento de critérios, uma sistematização e que por isso está instituída por algum grupo ou algumas forças, a população pode acabar entendendo que toda sistematização é uma exclusão, e que se quisermos ainda defender atitudes democráticas talvez tenhamos que nos voltar às imperfeições do sistema, ao desregramento da história.

Isso a que poderíamos chamar de recuo epistemológico (um passo atrás nas regras e nos limites do jogo) pode nos ensinar a reconceituar certas coisas. E um conceito que há muito carece de revisão é o de desenvolvimento. Se desenvolvimento implica em extermínio de culturas e pessoas (sim, índios são seres humanos e não incapazes como quer nossa lei), ou abdicamos do desenvolvimento ou o reinventamos em cima de outras bases mais humanas.

Muito se fala em sustentabilidade e pouco ou quase nada se incorpora desse compromisso. Do pouco que sei sobre o conceito de sustentabilidade, um ponto me chama bastante a atenção: resolver os problemas do presente sem comprometer as gerações futuras. Bom, tendo em vista o que a imprensa e o governo federal têm feito ao desprezar a história e a vida dos Mundurukus, pouco se tem pensado em gerações futuras; a menos que para eles – governo e imprensa, assim como para nossa linguagem jurídica – índio não seja gente.

Cristiano de Sales é professor de Comunicação Social

Curso para professores indígenas tem aula inaugural
SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 13.01.2015

Autor: Paulo Sérgio/decom

Índios de várias etnias de Rondônia participaram segunda-feira (12) da abertura do curso normal para professores em áreas indígenas – Projeto Açaí III – no Hotel Minuano em Presidente Médici, interior do Estado. O objetivo é formar os próprios indígenas para assumirem o ensino fundamental nas aldeias da região. A abertura contou com a presença da secretária de Educação, Fátima Gavioli.



O projeto Açaí é uma iniciativa do Governo, por meio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), e visa proporcionar aos indígenas a formação em magistério para atuação intercultural e histórica na própria etnia. Anderson Suruí, coordenador da Organização dos Professores Indígenas de Rondônia (Opiron), classificou o projeto como importante caminho para novas conquistas dos povos indígena.

“Este curso vai tirar um tempo de vocês na comunidade. Vocês vão deixar de aprender a construir maloca e conhecer a floresta, por exemplo. Mas aproveitem esse tempo nos estudos porque assim aderimos a este novo mundo para o ser humano: a educação”, disse Suruí.

Ele afirmou ainda que a missão é formar líderes. Em discurso, Fátima Gavioli observou que se

CONT.

pretende com o ensino indígena em Rondônia equiparar o nível de ensino nas aldeias com o oferecido nas escolas na cidade recebem. Para isso uma das primeiras ações será a de climatização também das salas de aula das escolas indígenas.

O ensino médio é outro benefício que o governo Confúcio Moura pretende expandir para as aldeias. "Já estamos estudando as viabilidades e a maneira como vamos implantar o ensino médio nas escolas instaladas nas florestas", disse a secretária.

O secretário-executivo regional de Ji-Paraná, Romildo Pereira, representante do chefe da Casa Civil, Emerson Castro, disse que o Governo é comprometido com a educação, e citou a construção das escolas indígenas em vários municípios e destacou a praticidade do projeto Açaí. "É mais fácil capacitar o indígena para assumir as salas de aula do que levar o professor branco para lecionar nas aldeias, enfatizou.

Para o representante do Ministério Público Federal, procurador Daniel Luiz Dalberto, de Guajará Mirim, o projeto Açaí tem a formatação desejada e se sentia honrado em ver acontecer este curso. É o aproveitamento da cultura milenar dos indígenas unido ao avanço tecnológico e do desenvolvimento das habilidades educativas praticadas pelo governo", afirmou Dalberto.

Aos 21 anos Edson Mamaindé já ministra aulas para 16 alunos com idade de 15 a 20 anos na aldeia em que vive, na região de Vilhena. "Há um ano exerço o papel de professor. O projeto Açaí é importante porque vou melhorar meu aprendizado e aplicar a pedagogia para ensinar bem ao nosso povo o português e as histórias", disse Mamaindé.



Boropó Amondawa

De Mirante da Serra, Boropó Amondawa, de 21 anos, convive com cerca de 170 indivíduos na aldeia e nunca lecionou. "Vai ser bom este curso porque eu vou poder reforçar a equipe de educadores na aldeia".

A chefe da educação indígena de Mirante da Serra, professora Maria Aparecida Gonçalves dos Santos entende que a iniciativa do Governo abrir o projeto Açaí é de extrema relevância. "É uma oportunidade dos indigenistas se formar e interagir com outras etnias e com o homem branco", frisou a professora.

Também participou da solenidade oficial do projeto Açaí o coordenador de educação escolar indígena Flávio Luiz Gonçalves dos Santos; José Antônio de Medeiros Neto, coordenador

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2015

Brasília, 13 de janeiro de 2015.

regional de educação em Ji-Paraná; José Ribeiro, ex-prefeito de Presidente Médici no ato representando a Emater e Ildo Mussoi, chefe de gabinete que representou o vice-governador Daniel Pereira.

Seind leva plano de gestão para coibir exploração ilegal de terra indígena em Humaitá

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.01.2015

Aproximadamente 12 aldeias da terra indígena Tenharim do Marmelos, localizada no município de Humaitá, vão ser visitadas a partir de quinta-feira (15)



A Crítica

Para inibir ações depredatórias de madeira e o garimpo ilegal, a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) vai começar a por em prática o plano de gestão ambiental na terra indígena Tenharim do Marmelos, localizada no município de Humaitá (a 600 quilômetros de Manaus). Aproximadamente 12 aldeias vão ser visitadas a partir de quinta-feira (15), por técnicos da Seind e de instituições parceiras, para a apresentação do plano, que será executado durante 24 meses pelo Instituto Xavante.

Além de socializar as atividades, que fazem parte das ações do Projeto de Gestão Ambiental Sustentável das Terras Indígenas do Amazonas (IWI-PGASTIAM – o primeiro nome significa “Terra” em Nheengatu, que é a língua geral originária do termo tupi), a Seind irá apresentar às lideranças indígenas, a proposta de implementação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). A meta é que sejam construídas aproximadamente 200 casas nas aldeias, com beneficiamento direto de 1,5 mil indígenas, dos povos Tenharim, Parintintin, Pirahã, Mura e Jhiahuí.

CONT.



“O plano de gestão é um diagnóstico ampliado sobre a terra indígena, no qual se levanta a questão ambiental, levando em consideração a fauna e a flora, os fatores sociais e econômicos das comunidades envolvidas, e que servirá de balizador para o desenvolvimento de futuros projetos”, explicou o coordenador da câmara técnica “Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas”, do Comitê Gestor de Atuação Integrada entre o Governo do Amazonas e a Fundação Nacional do Índio (Funai), Jurandir Tenharim.

Entre as aldeias beneficiadas pelo plano estão Vila Nova, Marmelos, Jhiahuí, Taboca, Juí, Traíra e Vista Bela.

Para atuar naquela que é considerada uma área de conflito, a Seind terá o apoio da própria Funai, da Secretaria Municipal dos Povos Indígenas de Humaitá, organizações indígenas e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Sustentáveis (Ibama).

Aporte

Todas as ações previstas no Projeto IWI-PGASTIAM têm o aporte financeiro do Fundo Amazônia, garantido a partir da assinatura do projeto entre a Seind e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Por meio do Plano de Aplicação de Recursos (PAR), já foram liberados R\$ 2,9 milhões (R\$ 2.950.478,67), dos quais 1,4 milhões para a elaboração e execução de dois planos de gestão ambiental.

Foto: A Seind também irá apresentar às lideranças indígenas a proposta do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) (Reprodução/internet e divulgação).

Transamazônica -Indígenas fecham parcialmente Rodovia BR – 230 em protesto
SÍTIO FOLHA DO PROGRESSO NEWS, 13.01.2015

*Indígenas fecham parcialmente Rodovia BR – 230 em protesto.
A Rodovia está interditada desde de sábado (10).*



Cerca de 60 indígenas fecharam parcialmente o km 613 da Rodovia BR – 230, no Pará, em protesto contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Altamira, os índios prometem liberar a via mediante negociação com a empresa Norte Energia e o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM).

A PRF ainda informou que a manifestação foi iniciada no sábado (10) e, apesar a interdição parcial, o trânsito segue sem complicações. Carros e ônibus foram incendiados no local para impedir a passagem.

Foto: Reprodução Twitter

Por: Redação ORM News



Estereótipos cansados de selvageria

SÍTIO OBSEVATÓRIO DA IMPRENSA, 13.01.2015

Por 'OG' em 13/01/2015 na edição 833

O canal australiano Channel Seven perdeu a batalha judicial de três anos a respeito de um programa que apresentou a tribo Suruwaha, na Amazônia, de uma forma que autoridades consideraram imprecisa e racista. Para a professora do centro de religião e sociedade da Universidade de Western Sydney, Cristina Rocha, o quadro no Sunday Night, que retratou a "tribo perdida" supostamente vivendo na "idade da pedra", não pode ser considerado apenas diversão inofensiva, já que "televisão é um negócio sério, assim como eram os antigos impérios coloniais".

Em entrevista ao The Guardian, a antropóloga brasileira, que vive na Austrália há 15 anos, afirmou que vê paralelos entre a forma como os europeus têm lidado com os indígenas brasileiros e os indígenas australianos. "As estratégias de remoção de crianças indígenas, assimilação cultural, expulsar os proprietários tradicionais de suas terras para abri-las para agricultura e mineração, são comuns em ambos contextos", argumentou. Rocha acrescentou que o canal se baseou em "estereótipos cansados de selvageria" e considerou "reconfortante" que a Autoridade Australiana de Comunicação e Mídia (Acma, na sigla em inglês) decidiu que não é aceitável denegrir outras culturas tão descaradamente.

Já o jornalista Scott Wallace, que também comentou o episódio para o jornal inglês, chamou o programa de "simplista", "sensacionalista" e "impreciso". "Tendo escrito extensivamente sobre a floresta amazônica e as lutas de seus povos indígenas, aprendi que você deve sempre escavar abaixo da superfície para encontrar a verdade. Se não estiver atento, meus próprios preconceitos culturais podem limitar minhas percepções de maneiras que eu mesmo posso não saber", alertou, ao criticar a posição de Tim Noonan e Paul Raffaele, responsáveis pelo programa, alegando que eles não tiveram um "olhar crítico".

Jonathan Mazower, diretor de advocacia da organização de direito das tribos Survival International, informou que o programa foi discutido com os Suruwaha e que eles estavam irritados com o retrato feito deles. "Nós produzimos um conjunto de diretrizes para as equipes de TV que trabalham com os povos indígenas. Eu gostaria de pensar que esse precedente pode dissuadir outras empresas de TV de produzir lixos semelhantes no futuro, mas eu não vou prender minha respiração."

Por fim, o documentarista Nicholas Spiers comentou sobre sua experiência pessoal de trabalho com comunidades indígenas no Brasil: "(...) mesmo com as melhores intenções, a representação audiovisual de culturas diferentes coloca uma série de desafios éticos". Para ele, um "filme documentário pode representar um bom diálogo entre culturas, em vez de reproduzir uma exploração de uma sobre a outra". (Com agências internacionais)



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2015

Brasília, 13 de janeiro de 2015.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2015

Brasília, 13 de janeiro de 2015.

Lideranças do povo Paiter Suruí pedem extinção de projeto de carbono em RO
SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 13.01.2015

Respostas e notas de repúdio em reação à entrevista de Henrique Suruí exibiram a capa do jornal Porantim riscada.



Uma declaração de lideranças das comunidades Paiter Suruí, na qual pedem a extinção do projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal "plus" (REDD+) em suas terras pode ser um marco decisivo nas discussões acerca de projetos de sequestro de carbono e serviços ambientais em terras indígenas. O Projeto Suruí Carbono até então foi apresentado internacionalmente pelas organizações e empresas envolvidas como exemplo pioneiro, que poderia servir para a implementação de projetos similares em outras comunidades indígenas. Uma entrevista publicada pela Revista Porantim com o cacique Henrique Iabaday Suruí em dezembro do ano passado, assim como a declaração supracitada começam revelar o outro lado da história, mostrando graves impactos e efeitos desestruturantes do projeto sobre as comunidades. Levanta-se mais uma vez a questão, até que grau os programas de REDD e serviços ambientais não são soluções inadequadas para os problemas de comunidades indígenas em geral.

O projeto

Iniciado em 2007 e tendo a Associação Metareila do povo Suruí como proponente, os principais intermediários e facilitadores do Projeto Carbono Suruí na terra indígena Sete de Setembro (Rondonia) são as ONGs norte-americanas Forest Trends e Equipe de Conservação da Amazônia ACT, o Instituto de Conservação e Desenvolvimento do Amazonas – IDESAM,

CONT.



Associação e Defesa Etnoambiental Kanindé e Fundação Brasileira para a Biodiversidade – FUNBIO. A implementação do projeto contou ainda com o acompanhamento da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Sendo politicamente bem articulado e recebendo prêmios no exterior, o presidente da Associação Metareilá Almir Narayamoga Suruí propaga a ideia de implementar projetos REDD também em outras terras indígenas no Brasil. Uma das suas visitas no Acre, facilitadas por Forest Trends e Comissão Pró Índio do Acre (CPI-AC) foi noticiado com as palavras: “A palestra de Almir Narayamoga Suruí, chefe dos Paiter (RO), no último dia da Oficina de Informação sobre o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa), acabou com as dúvidas das lideranças indígenas do Acre e encheu todos - índios e não-índios -, de esperança: a proteção da floresta e da biodiversidade tem valor, é em dólar e aos milhões”.

Em 2013 a empresa de cosméticos Natura, adquiriu as primeiras 120 toneladas de carbono do Projeto Carbono Suruí , tornando-se com isto primeira do mundo a adquirir créditos de carbono indígena, emitidos por duas certificadoras internacionais. O valor do negócio teria girado em torno de R\$ 1,2 milhão.

As denúncias

Na sua entrevista, Henrique Suruí relata sobre fortes represálias em consequência do projeto: “Acabaram com as plantações culturais e com o artesanato tradicional, com a pesca, a caça, a liberdade na sua terra. Além disso, nós ficamos na mão da Polícia Federal, que nos ameaçava por qualquer coisa, por fazer derrubada ou caça na nossa terra... quem fizesse, seria condenado por isso. Acabou a liberdade do Suruí na nossa terra. A Polícia Federal agia por pressão dos responsáveis do projeto. Eles que pediam pra PF atuar, pra mostrar pro mundo que os Suruí poderiam cumprir um acordo.” Além disso, Henrique denuncia que o dinheiro da Natura não chegou até as comunidades: “ninguém sabe onde tá este dinheiro”.

A entrevista provocou veementes reações por parte dos proponentes do projeto. A Associação Metareilá emitiu uma nota de repúdio avisando que processaria a jornalista responsável pela entrevista na Comissão de Ética e Sindicância do Sindicato dos Jornalistas do DF . Após publicação da entrevista no REDD Monitor (site de discussão sobre REDD, em inglês), representantes da Forest Trends publicaram respostas onde procuram desmentir as afirmações de Henrique Suruí, questionando sua credibilidade ao chamar ele o “líder da facção madeireira”.

A declaração que o CIMI recebeu na semana passada e publicou nesta segunda-feira (12), foi assinada (leia) por cerca de 50 indígenas Suruí, 22 delas identificados como caciques ou dirigentes das associações comunitárias. Nela, os indígenas agradecem “a oportunidade levantada pelo Henrique e pelo jornal Porantim de provocar a discussão a respeito do Projeto de Carbono, que o Henrique falou em cima da realidade do nosso povo”. Fornecendo detalhes sobre repasses de recursos do Fundo do projeto para as associações comunitárias, eles confirmam a constatação de Henrique que apenas uma ínfima parte do pagamento da Natura

CONT.



chegou nas comunidades. A declaração está escrita de maneira bastante sensata procurando evitar desnecessárias polemicas. Os autores defendem tanto Henrique Suruí, afirmando que ele não promove a venda de madeira, quanto os parceiros do projeto que na sua avaliação tiveram boa intenção. Entretanto, eles denunciam claramente a má gestão, intransparência e autoritarismo por parte da Associação Metraleirá e seu presidente Almir Suruí. "... algumas lideranças já estão sendo chamadas a assinarem recibos de valores que as associações não receberam."

Eles não mencionam um outro fato bastante preocupante (do qual possivelmente nem tem conhecimento): Almir Suruí, na sua função de coordenador da Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas – Cunpir/RO, enfrenta problemas na justiça em decorrência de um convênio de R\$ 9,5 milhões que esta organização assinou em 2002 com a Fundação Nacional de Saúde. (mais informação aqui).

Perguntas

Muitas perguntas ainda terão que ser respondidas. Como se chegou a esta situação paradoxal, onde há de um lado grande visibilidade externa deste projeto e do outro lado total abandono das comunidades numa situação de miséria e divisão interna? Em que consistiu de fato o acompanhamento da FUNAI? Ela deve ter tido conhecimento dos problemas judiciais do presidente da Metraleirá. Porque o Ministério Público e a Polícia Federal, que tanto se preocupam em fiscalizar e punir as "infrações ambientais" dentro da Terra Indígena até agora não investigaram as irregularidades do Projeto Carbono?

Também tem que questionar sobre os parceiros não governamentais. Mesmo que as lideranças Suruí afirmam que se trata de organizações sérias, tem que ser perguntado: Quais informações os Suruí possuíam sobre os possíveis impactos de projetos REDD? Como e por quem o projeto foi explicado para eles?

A consulta com as comunidades sobre o projeto foi conduzida pela ACT, que publicou em 2010 um documento intitulado "Consentimento Livre, Prévio e Informado Projeto Suruí Carbono". O documento afirma que o processo de consulta garantiu que as "informações necessárias" foram fornecidas. Mas, quais informações foram estas? Quais informações devem ser consideradas necessárias para decidir sobre um projeto desta natureza? O documento fala de uma "metodologia participativa", dos marcos legais e de teorias antropológicas que teriam orientado os "eventos comunicativos" e "articulações interétnicas" que compuseram o processo de consulta. Entretanto, o documento trás praticamente nenhuma informação sobre os conteúdos que realmente foram discutidos com os quatro clãs dos Paiter-Suruí nestes encontros.

A declaração dos Suruí na semana passada revela alguns detalhes sobre as promessas que foram feitas nesta fase inicial, tais como renda mensal e melhoria de vida para as famílias e

CONT.



de que “o paiter iria virar empresário”. Obviamente, as comunidades não foram informadas sobre as crescentes críticas que no mundo afora vem sendo articulados acerca de projetos do tipo REDD. Estas críticas se referem desde a questionável lógica do “pagar para poluir” e da “lavagem verde” (lembramos neste contexto da multa de R\$ 21 milhões que a Natura levou em 2010 por ter acessado recursos genéticos de forma irregular que prejudicou a imagem pública da empresa) até os concretos e bem documentados impactos que estes projetos já vem causando há anos para comunidades indígenas em outros países da América Latina, África e Ásia, tais como perda de soberania alimentar e criminalização. Estas informações não teriam sido essenciais para subsidiar o processo de decisão dos Paiter Suruí e para evitar futuros danos materiais e morais?

Quem é a ACT?

Vale levantar neste contexto alguns fatos sobre a Amazon Conservation Team ACT (Equipe de Conservação da Amazonia). Esta ONG, com sede principal nos Estados Unidos atua em diversos países da Panamazônia, trabalhando principalmente com “mapeamentos culturais” e aquilo que chamam “conservação biocultural”. Este trabalho inclui entre outros capacitações de guardas parque indígena, programas para aprendizes de xamanismo e clínicas de medicina tradicional. O componente brasileiro da organização foi fundado em 2002 por iniciativa do primatólogo Holandês Marco van Roosmalen e seu filho Vasco van Roosmalen, que preside a organização até hoje. Marco van Roosmalen foi acusado de biopirataria e causou fortes polemicas no Brasil, entre outros após ter “descoberto” duas espécies de macacos. Esses animais, endêmicos da Amazônia e conhecidos pelas comunidades tradicionais por nomes como Zog-Zog, ganharam nomes “científicos” de Roosmalen como, por exemplo, *Callicebus Bernhardi*, em homenagem ao príncipe Bernardo, da Holanda (fundador da organização conservacionista WWF).

Segundo o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a Biopirataria, de 2006, a ACT possui ligações com empresas estadunidenses da indústria de farmacêuticos e cosméticos e teria acessado, de forma irregular, patrimônio genético nacional e conhecimento tradicional associado através da elaboração de um “mapa cultural” dos povos indígenas do Tumucumaque e do Xingu. Após investigação, esta CPI concluiu: “Embora a ACT Brasil negue, ficou evidenciado que a elaboração do Mapa Cultural não foi uma demanda das comunidades indígenas do Xingu. Esta CPI não consegue conceber que elas possam ter solicitado um produto para o qual a grande maioria não entendia (e ainda não entende) a utilidade. No máximo, esse desejo pode ter sido manifestado por alguns chefes indígenas e a ACT, por conta própria, resolveu estender a ideia às demais comunidades do Xingu, praticamente impondo-lhes a execução do mapa. [...] No entendimento desta CPI, esse comportamento por parte da ACT Brasil constitui evidente aliciamento das comunidades indígenas”.

Como uma organização com este histórico pode ser considerada competente para conduzir a consulta com os Paiter Suruí? Esta e muitas outras perguntas ainda terão que ser respondidas, se realmente queremos aprender as lições que a experiência do Projeto Carbono Suruí oferece.

CONT.



Solidariedade da sociedade civil

Enfim, a partir da declaração das lideranças, e da entrevista de Henrique Suruí começa revelar-se uma situação muito triste deste povo, marcada pela corrosão das relações entre si e com seu ambiente. Os povos indígenas encontram-se cada vez mais expostos aos interesses de empresas e de ONGs do "ambientalismo de mercado", ao mesmo tempo sofrendo as represálias de um governo que cada vez mais se alia a estes interesses.

A sociedade civil precisa se solidarizar com a luta destes povos e acompanhar ativamente as políticas indigenistas do país. Assim podemos contribuir para que povos como os Paiter Suruí, ao invés de se tornarem reféns da lógica do mercado de carbono, possam realizar projetos construídas a partir das demandas reais e das ideias próprias das comunidades, ou seja, nas palavras das lideranças Suruí "projetos que garantam uma autonomia de verdade para as comunidades, com desenvolvimento sustentável e geração de renda sem depredação dos recursos naturais".

Michael F. Schmidlehner, nativo da Áustria e naturalizado brasileiro, é fundador da organização não-governamental acreana Amazonlink.org e trabalha como pesquisador, jornalista e professor de filosofia. Suas pesquisas e publicações são principalmente relacionadas a questões de acesso e repartição de benefícios dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais e de justiça climática na Amazônia.

Autor: MICHAEL F. SCHMIDLEHNER

Fonte: O Nortão

Em solidariedade, índios ameaçam fechar a MS-156

SÍTIO O PROGRESSO, 13.01.2015

15 motoristas e 5 técnicos administrativos da Sesai estão sem receber salários



Rodovia foi fechada no ano passado quando ocorreu atraso. (Foto: Dourados Agora)

Com os salários atrasados, motoristas e administrativos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) ameaçam fechar a MS-156, rodovia que liga Dourados a Itaporã. O pagamento era para ser feito no quinto dia útil, mas não há previsão de quando os funcionários vão receber. No polo da Sesai em Dourados estão sem receber 15 motoristas e 5 técnicos administrativos. A Sesai é a área do Ministério da Saúde responsável por coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Para atender os índios, o órgão terceiriza empresas que são responsáveis pela contratação de funcionários em diferentes serviços como limpeza, vigilante, motoristas, administrativos e saúde (médicos e técnicos em enfermagem).

CONT.



No estado, somente a empresa responsável pela contratação de motoristas e técnicos administrativos não recebeu recursos do Ministério da Saúde. Segundo o motorista Ivan , esse problema ocorreu em janeiro do ano passado, culminando com o fechamento da rodovia em fevereiro, quando teve ainda um protesto em geral por melhorias na saúde indígena em Dourados. "E não há data prevista para recebermos, por causa disso suspendemos o trabalho", informou. Os motoristas são responsáveis em transportar pacientes e profissionais da saúde.

O cacique Laucídio Ribeiro, da Aldeia Jaguapiru, em Dourados, se solidariza com os funcionários com salários em atraso e promete ajuda para chamar a atenção ao caso. "Vamos esperar até amanhã, se não sair nenhuma resposta iremos convocar a comunidade para fechar a rodovia", avisa.

Quando ocorre fechamento da MS-156 somente veículos como ambulância e bombeiros têm permissão para passar. Pedras e galhos são colocados na rodovia para barrar os veículos. Conforme apurou a reportagem junto a Sesai, o problema no pagamento ocorreu no Ministério da Saúde, em Brasília, que ainda não repassou o dinheiro para a empresa. Não há informação sobre quando será efetuado a quitação dos salários em atraso.



Projeto da Funai atende tribo Munduruku com atividades de aprendizagem

SÍTIO D24AM, 13.01.2015

Cursistas são divididos em turmas de Magistério Intercultural, Técnico em Enfermagem e Técnico em Agroecologia

Brasília - Realizado por organizações indígenas em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Projeto Ibaorebu de Formação Integral desenvolve atividades de aprendizagem de agroecologia, educação e saúde nos povos indígenas Munduruku, que se localizam no Alto Rio Tapajós (PA).

No total, 210 cursistas divididos em turmas de Magistério Intercultural, Técnico em Enfermagem e Técnico em Agroecologia participam do projeto realizado com apoio de parcerias com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA (Campus Rural de Marabá) e com o DSEI Tapajós. A previsão é que a formação dos 210 cursistas seja concluída em 2015.

De acordo com a Funai, o Projeto Ibaorebu se define como uma iniciativa de educação diferenciada cujo principal eixo, "Cultura e Direitos Munduruku", reflete as preocupações do povo com a afirmação de sua identidade na relação com o mundo.

A XI Etapa Intensiva do projeto, que ocorreu entre 21 de novembro e 20 de dezembro, na Aldeia Sai-Cinza, no Alto Tapajós, contemplou registros audiovisuais, com o objetivo de divulgar a experiência do projeto, falar sobre a cultura Munduruku e, ainda, produzir um vídeo sobre o combate ao preconceito e à discriminação.

A discussão sobre a temática da discriminação e do preconceito originaram um vasto debate onde se destacaram situações de racismo institucional, presentes nas políticas de educação, saúde e também nas políticas ambientais e de desenvolvimento.



Projetos irão incentivar o desenvolvimento sustentável no Xingu

SÍTIO PORTAL BRASIL, 13.01.2015

Mais de 50 iniciativas irão promover a sustentabilidade na região impactada pela construção da usina hidrelétrica Belo Monte

Por Portal Brasil

Mais de 50 projetos foram selecionados em dezembro passado para promover o desenvolvimento sustentável da região do Xingu, no Pará, onde está sendo construída a hidrelétrica de Belo Monte, conforme decisão tomada na última reunião do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu, realizada em Altamira (PA).

Serão destinados R\$ 33,5 milhões para 52 projetos, entre eles o de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu, e a construção do Centro de Apoio Psicossocial para Alcool e Drogas, do Fundo Municipal de Saúde.

Na área da saúde foram aprovados 15 projetos, que somam mais de R\$ 9 milhões em investimentos. Outros R\$ 9 milhões são para projetos de educação, como a expansão do campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Altamira e o apoio à Escola Liberdade do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anapu.

Também foram contemplados projetos habitacionais, de comunicação comunitária, de fortalecimento produtivo e de organizações indígenas, entre outros inscritos no edital de 2014.

O Comitê Gestor do PDRS do Xingu também decidiu que R\$ 12,5 milhões serão aplicados na continuação de projetos de 2013 e que outros R\$ 5,5 milhões estarão disponíveis para financiar novas ações ao longo deste ano. Deste modo, os recursos disponibilizados pelo PDRS do Xingu para a implementação de políticas públicas e de iniciativas da sociedade civil em 2015 totalizam R\$ 51,6 milhões.

O balanço realizado na última reunião do comitê apontou que o PDRS já havia liberado R\$ 150 milhões para 147 projeto, sendo que 82% deles estão concluídos ou em execução já gerando desenvolvimento sustentável para a região.

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu tem a finalidade de implementar políticas públicas e iniciativas da sociedade civil que promovam o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de mais de 400 mil pessoas que habitam a região impactada pela construção da usina hidrelétrica Belo Monte.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2015

Brasília, 13 de janeiro de 2015.

No leilão de energia de Belo Monte foi prevista a aplicação pelo empreendedor de R\$ 500 milhões em projetos definidos pelo Comitê Gestor do PDRS. Esse colegiado, formado em julho de 2011, é constituído por representantes dos governos federal, estadual e municipais, dos movimentos sociais, organizações ambientais e não governamentais, entidades sindicais de trabalhadores urbanos, rurais e dos pescadores, além de entidades patronais e comunidades indígenas, que decidem sobre a aplicação dos recursos.

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento.



Kátia Abreu, a pelicão do Planalto
SÍTIO CORREIO DO BRASIL, 13.01.2015

Pedro Américo. Do sobrenome eu não lembro, mas o nome era Pedro Américo, mais conhecido como Pelicão. Por onde andaré o Pelicão? Faz mais de 55 anos que dele não tenho notícias. Seu pai, rico fazendeiro de Roraima, queria porque queria um filho padre e o internou no seminário redentorista de Coari (AM). Sua chegada naquele celeiro de meninos pobres foi espetacular, triunfal. Trazia seis malas cheias de roupa fina e cara, incluindo onze camisas coloridas de um time de futebol, joelheiras e tornozeleiras. Com isso, apesar de ruim de bola, ganhou o lugar de goleiro titular da seleção do seminário.

O apelido surgiu numa sessão de Hora Amadora, organizada a cada semestre, com programação que incluía esquetes teatrais, canto, dança, narrativas e recital de poesia apresentados pelos alunos mais exibidos. Em sua primeira atuação, Pedro Américo, vestindo espalhafatosa camisa de seda estampada de onça, contou a história dramática do pelicão, ave de grande porte, sanguinária, bico comprido, que não encontrando peixes para se alimentar, mata os próprios filhotes e bebe com avidez o sangue deles. Tanta crueldade provocou lágrimas em cascatas no distinto público.

Ninguém ali conhecia aquela história, salvo Aristides, o Xerife, leitor contumaz do Tesouro da Juventude que se apressou em subir ao palco e dizer que estava tudo errado. Não era pelicão. A ave, parente do biguá e do mergulhão, se chamava pelicano. E não matava a prole. A contrário, na falta de comida, furava o próprio peito para extrair o sangue com que alimentava seus filhotes. Morria, dando a vida por suas crias. Por isso, era o símbolo da Paixão de Cristo. Foi aí que Pedro Américo, desmoralizado, levou a maior vaia da paróquia e ficou com o apelido de Pelicão.

Mundo ao revés

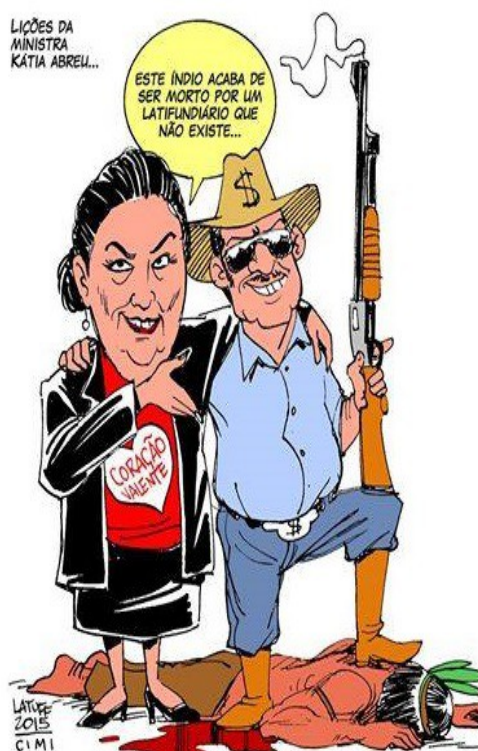
No internato de Coari, a palavra Pelicão passou a simbolizar engano, inversão dos fatos, distorção da realidade, o mundo de revestres. Assim, Pedro Américo, que era um grande "engolidor de frangos", fazia pose de goleiro elástico capaz de dar voos acrobáticos para pegar a bola lá no ninho da coruja. Era o Castilho do Solimões. Tudo potoca, invencionice, lorota.

Eis o que eu queria dizer: a ministra da Agricultura Kátia Abreu, afilhada de casamento da presidente Dilma, é o próprio pelicão sobrevoando o planalto. Ela não se limita apenas a negar o que existe. Vai além: afirma que a realidade é o contrário daquilo que efetivamente é.

Mal assumiu a pasta, Kátia Abreu declarou em entrevista à Mônica Bérghamo (FSP 5/01) que "não existe mais latifúndio no Brasil", o que torna desnecessária a reforma agrária, e atribuiu

CONT.

os conflitos fundiários com os índios ao fato de que “eles saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção”, quando a realidade é justamente o contrário. Tudo o que ela diz deve ser lido ao revés.



Mas enquanto Pedro Américo enganou porque estava enganado, Kátia tenta enganar os outros, mas não se engana. A Pelicão do Planalto conhece os dados do Atlas da Terra Brasil (2015), embora ainda inédito, organizado pelo pesquisador da USP/CNPq, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Baseado nos quatro censos agropecuários já realizados, ele mostra que 175.9 milhões de hectares são improdutivos no Brasil e que 66 mil imóveis considerados improdutivos não atendem aos critérios de uso social da terra (Tatiana Farah – O Globo 9/1/15).

Portanto, o latifúndio não apenas existe, como cresceu enormemente na última década. No primeiro governo Dilma houve um aumento de 2.5% de concentração de terras em grandes propriedades privadas. Dados do próprio INCRA indicam que entre 2010 e 2014 uma área equivalente a três Sergipes passou para as mãos de grandes proprietários. No governo Lula, o aumento foi ainda maior, pulando de 214, 8 milhões em 2003 para 318 milhões de hectares em 2010. Por isso, Kátia Abreu retribuiu o apoio à Dilma e a convidou para ser sua dinda de casamento.

Rainha da motosserra

Quanto aos índios, a Pelicão do Planalto também inverte escandalosamente a questão. Para ela, não são as terras indígenas que estão sendo invadidas pelo agronegócio e pelas fazendas. Os índios é que estão deixando a floresta para “ocupar áreas de produção”. Tal afirmação que beira o cinismo deixou irritado o bispo do Xingu e presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Dom Erwin Kräutler, que chamou a ministra de “rainha da motosserra” e declarou que ela é “ridícula, ao negar o direito dos povos indígenas”.

Sua foto que ocupa meia página da Folha de SP exhibe uma Kátia Abreu toda produzida coberta de joias espalhafatosas – relógio, colar, anel, brincos. Ela condena o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e diz que, além da terra, a água também deve ser privatizada, os rios devem se transformar em mercadoria, numa declaração que deixou radiante o governador do Amazonas, José Melo Merenda:

CONT.



"A presidente [Dilma] inclusive enviará proposta ao Congresso mudando a legislação de hidrovias. Temos vários 'Mississipi' maravilhosos. O correto é o governo fazer as hidrovias e depois concessionar para a iniciativa privada tocar".

Dilma não desautorizou sua ministra, como o fez com o ministro do Planejamento Nelson Barbosa. Quem bancou o Xerife foi o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, para quem "ignorar ou negar a permanência da desigualdade e a injustiça é uma forma de perpetuá-las. Por isso não basta derrubar as cercas dos latifúndios, mas derrubar as cercas que nos limitam a uma visão individualista e excludente do processo social". Depois disso, só resta ao distinto público vaiar a Pelicão do Planalto. Com uma ministra dessas, a direita não precisa ganhar eleição.

José Ribamar Bessa Freire é professor da Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-Rio), onde orienta pesquisas de doutorado e mestrado e da Faculdade de Educação da UERJ, coordena o Programa de Estudos dos Povos Indígenas (UERJ), pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO) e edita o site-blog Taqui Pra Ti. Tem mestrado em Paris e doutorado no Rio de Janeiro. É colunista do novo Direto da Redação.

Direto da Redação é editado pelo jornalista Rui Martins.

Terra indígena é reconhecida, mas Funai emperra demarcação há 22 anos

SÍTIO DIÁRIO DIGITAL, 13.01.2015

MPF recomendou colocação de marcos físicos na divisa da área ofayé-xavante, em Três Lagoas, mas não foi atendido



Ofayé-xavante: Nada de demarcação à vista (Foto: Ascom MPF/MS)

O Ministério Público Federal (MPF) em Três Lagoas estuda as medidas que serão adotadas no caso da inércia da Fundação Nacional do Índio (Funai) em finalizar a demarcação da Terra Indígena Ofayé-Xavante, que fica naquele município. A área de 1.937 hectares foi reconhecida como tradicionalmente indígena pela Portaria n.º 264/92 do Ministério da Justiça. A colocação de marcos físicos nas divisas da terra, a última etapa antes da homologação da demarcação pela presidente da República, ainda não foi cumprida pela Funai. Há 22 anos a comunidade aguarda para exercer seu direito à terra.

Em agosto passado, o MPF expediu recomendação à Funai para que finalizasse o procedimento demarcatório. A Fundação solicitou, por duas vezes, extensão do prazo inicial de 30 dias, no que foi atendida. Por fim, informou que a demarcação física estaria prevista para o biênio

CONT.



2014/2015, mas não apresentou qualquer documento que comprovasse a afirmação. Para o Ministério Público Federal, a lentidão expõe os índios à insegurança jurídica e toda sorte de dificuldades decorrentes da não demarcação da área.

Mesmo as ações judiciais que contestavam a demarcação da área ofayé-xavante já foram todas julgadas. O último recurso foi rejeitado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que reconheceu a tradicionalidade da ocupação indígena em 2009. “Não há, portanto, nenhum impedimento legal ou judicial para a continuação do procedimento administrativo de demarcação”, destaca o MPF.

Ofayé-Xavante: exilados na própria terra

Os ofayé-xavante passaram por dificuldades em Mato Grosso do Sul. Ainda no século XIX, a maior parte da comunidade foi expulsa pelos colonos que chegavam ao então Mato Grosso. O grupo remanescente, que ocupava área na região de Brasilândia, foi expulso da terra em 1978 e se espalhou pelo estado. Oito anos depois, os indígenas atravessaram o estado a pé para retornar às suas terras tradicionais, onde foram recebidos como estranhos. Passaram a ocupar uma área provisória, após acordo com a Funai.

Em 1997, a Companhia Energética de São Paulo (CESP), anunciou a construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta no Rio Paraná, que iria inundar a aldeia dos ofayé. A Cesp e a Funai celebraram acordo para transferir os índios para uma área de 484 hectares – que hoje é a parte alta da aldeia.

Em 2002, o MPF firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com a CESP, em que a empresa se comprometia a oferecer uma contrapartida pela inundação da terra indígena. Com os recursos, uma outra área foi adquirida, tornando-se a parte baixa da aldeia.



Justiça obriga União a comprar terras para famílias guarany-kaiwá em MS

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 13.01.2015

*Prazo para aquisição das terras é de três meses, segundo decisão.
Ministro da Justiça pode ser processado se decisão for descumprida.*

A Justiça Federal em Mato Grosso do Sul obrigou a União a adquirir 30 hectares de terra para assentar indígenas da etnia guarany-kaiwá em Dourados, distante 214 quilômetros de Campo Grande. O pedido foi feito pelo Ministério Público Federal (MPF), conforme divulgado pelo órgão nesta segunda-feira (12).

Segundo a decisão, o governo federal terá prazo de três meses para transferir a comunidade Curral do Arame para um novo local. Em caso de descumprimento, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, poderá ser processado por crime de responsabilidade.

O G1 entrou em contato com a assessoria do Ministério da Justiça (MJ), mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

Os indígenas vivem às margens da BR-463, em Dourados. O MPF constatou que vivem em condições degradantes, com risco iminente de morte. Oito membros da comunidade já morreram atropelados na rodovia. A situação se arrasta há 12 anos, segundo o órgão.

A área reivindicada pelos guarany-kaiwá está regida sob um termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado em 2007 pelo MPF e a Fundação Nacional do Índio (Funai), para a demarcação das terras ocupadas tradicionalmente pelos índios.

Ainda conforme o Ministério Público, um estudo antropológico apontou que os indígenas foram expulsos de suas terras tradicionais devido à expansão da pecuária e agricultura. A comunidade resistiu e continuou vivendo na região.

Após a morte do proprietários das terras, em 1999, os guarany-kaiwá se transferiram para as margens da BR-463, próximo à área que reivindicam. Segundo o MPF, o acampamento de barracos improvisados já sofreu com incêndios, o mais recente em 2013.

Rose Modesto reforça o compromisso de trabalhar de forma articulada
SÍTIO A CRÍTICA, 13.01.2015

Fonte: da Redação
Foto: Divulgação



Reforçando o compromisso do governo do Estado em trabalhar de forma articulada, a vice-governadora e secretária de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, professora Rose, anunciou a implantação de projetos em parceria com outras secretarias. O anúncio foi feito durante entrevista ao Programa Tribuna Livre, na FM Capital nesta terça-feira (13).

A professora Rose disse que as ações de governo serão realizadas em conjunto com outras secretarias e que haverá diálogo constante para o desenvolvimento dos projetos. "Precisamos trabalhar em conjunto com outras secretarias, tendo diálogo e aprimorando ideias para conseguirmos desenvolver grandes projetos para Mato Grosso do Sul".

Assumindo a pasta da Sedhast (Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e

CONT.



Trabalho), que é uma das maiores desse governo, composta pela Subsecretaria da Juventude, Subsecretaria da Mulher, Fundação do Trabalho, Procon, Banco da Gente, entre outras; a professora reforçou o empenho para dar funcionalidade e interligar programas e projetos já existentes.

Para os jovens será criado um programa de inserção ao mercado de trabalho, antes qualificando esse adolescente e preparando-o para o primeiro emprego. Nesse caso, a Funtrab irá qualificar e encaminhar esse jovem de acordo com seu perfil ao emprego específico. "Precisamos otimizar o tempo desses jovens, dando-lhes a oportunidade de qualificação para inseri-lo ao primeiro emprego e assim, evitando que se aproxime de drogas e outras coisas ilícitas".

Quanto aos programas sociais, a vice-governadora quer ampliar as vagas do Programa Vale Universidade (PVU) e oferecer aos estudantes universitários de baixa renda o benefício social para que ele possa manter os estudos. Já para o Programa Vale Renda (PVR), será realizado um cadastramento para que somente aqueles que tenham o perfil de vulnerabilidade socioeconômica possam continuar de fato sendo beneficiados. Também serão implantados projetos para que as pessoas que estão nesse programa tenham uma 'porta de saída' e consigam emprego através da Funtrab, que garantam seu sustento sem precisar desse auxílio.

Outra população citada na entrevista é o índio que terá uma Subsecretaria específica para olhar com sensibilidade e garantir os direitos dos povos indígenas do Estado. "Não podemos oferecer apenas uma cesta básica, temos que criar ações efetivas de garantia de direitos para essas pessoas. A primeira agenda do Governador foi com os indígenas, justamente pela preocupação com eles. Somos um governo que quer a valorização dessa população e para isso temos que verificar suas reivindicações e anseios".

Manifestantes bloqueiam novo trecho de acesso a Belo Monte, no Pará
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 13.01.2015

*Além do km 27, índios e ribeirinhos interditaram km 40 da Transamazônica.
Protesto é pelo cumprimento de compensações por construção de usina.*

Cerca de 60 índios e ribeirinhos interditaram nesta terça-feira (13) as duas pistas do quilômetro 40 da rodovia Transamazônica, a 27 km da cidade de Altamira, sudeste do Pará. O trecho, bloqueado com um ônibus utilizado para o transporte de operários, é uma das vias que dá acesso aos canteiros de obras da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, realizada no município vizinho de Vitória do Xingu. Outro trecho da rodovia, no quilômetro 27, está interditado desde o último sábado (10).

Os manifestantes pedem agilidade no cumprimento do Plano Básico Ambiental, que envolve um conjunto de condições que devem ser cumpridas pela Norte Energia, empresa responsável pelo empreendimento, como contrapartida para a comunidade afetada pela obra.

O PBA é um dos requisitos legais para a concessão da licença de construção da usina. Entre as principais cláusulas do plano estão construção de casas para índios que moram na cidade, melhorias na infraestrutura das aldeias, construção de postos de saúde e pagamento de indenizações para pescadores que podem ter sua atividade prejudicada pela barragem. De acordo com a Norte Energia, a empresa cumpre o PBA e tem, inclusive, um comitê de acompanhamento do Plano composto por representantes dos índios.

De acordo com os manifestantes, apenas os veículos da Norte Energia e aqueles que têm como destino os sítios de Belo Monte estão sendo impedidos de trafegar. Uma representante da Casa de Governo de Altamira voltou ao local nesta terça para negociar a liberação da rodovia, interditada há quatro dias, mas não houve avanço. No domingo (11), dois ônibus de empresas que prestam serviços para o Consórcio Construtor Belo Monte, responsável pelo trabalho de engenharia civil no canteiro, foram incendiados. Ninguém ficou ferido.



(Foto: Mario de Paula / TV Liberal)
Dois ônibus foram incendiados no domingo

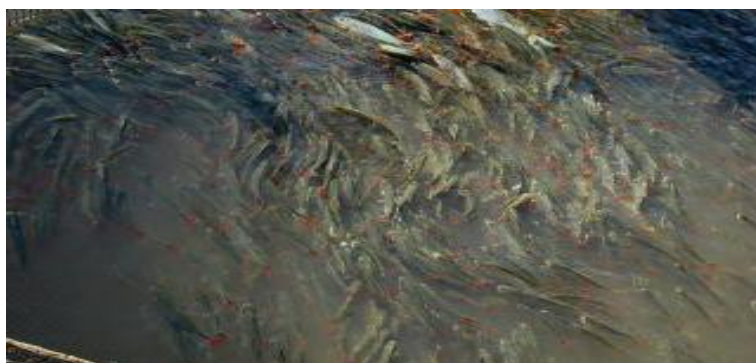
Codevasf repovoa Velho Chico com espécies nativas na Festa de Bom Jesus

SÍTIO TRIBUNA HOJE, 13.01.2015

Milhares de alevinos das espécies matrinxã, pacamã, piau, xira e piaba foram inseridos no rio

Assessoria / Codevasf

A 131ª edição da secular Festa de Bom Jesus dos Navegantes de Penedo (AL), no Baixo São Francisco alagoano, contou mais uma vez com o tradicional peixamento realizado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). No domingo, 11 de janeiro, antes que as embarcações seguissem em procissão nas águas do Velho Chico em referência ao protetor dos navegantes, milhares de alevinos das espécies matrinxã, pacamã, piau, xira e piaba foram inseridos no rio em mais uma ação do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco.



O peixamento foi realizado em dois momentos. No primeiro, a balsa que liga Penedo (AL) a Neópolis (SE) levou os alevinos para serem soltos em três trechos do rio no lado alagoano: em frente aos bairros Santo Antônio e Roqueira, no trecho próximo à prainha do São Francisco e em frente ao porto das balsas de Penedo.

Já em terra, ocorreu o segundo momento do peixamento com a soltura dos alevinos transportados em sacos próprios para o deslocamento de peixes vivos. A inserção dos peixes nas águas do rio São Francisco ocorreu no trecho em que fica situado o porto das balsas e contou com a participação de turistas que acompanhavam a festa, funcionários da Codevasf e representantes da prefeitura municipal de Penedo, a exemplo do secretário municipal de Cultura, Lucas Primo, do secretário municipal de Comunicação, Rafael Medeiros, e do secretário municipal de Agricultura, Ricardo Góes.

O superintendente regional substituto, engenheiro civil Pedro Wiliam, foi representado no peixamento pelo chefe da Assessoria Regional de Comunicação e Promoção Institucional da Codevasf em Alagoas, engenheiro agrônomo Aníbal Lobo. "Em mais um ano, a Codevasf realiza esse já tradicional peixamento no Bom Jesus dos Navegantes de Penedo. Com os outros peixamentos que realizamos ao longo do ano em diversos pontos da bacia hidrográfica

CONT.



do rio São Francisco, como lagos marginais e afluentes, estamos trabalhando para repovoamento da região com espécies nativas sob as bênçãos do protetor dos ribeirinhos”, declarou Lobo.

Para realização do peixamento, a Codevasf contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Penedo, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura. O trabalho envolveu também uma equipe multidisciplinar de técnicos da companhia que atuam no Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Itiúba (Ceraqua São Francisco), liderados pelo engenheiro de pesca Álvaro Albuquerque, que coordenou o peixamento.